

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVIS
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE
NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze realizou-se, com início às vinte horas e trinta minutos, a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Avis com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

A) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);

B) DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016;

C) ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL;

D) AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS;

E) CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO / CANDIDATURAS;

F) CONTRATO EMPREGO JOVEM ATIVO / CANDIDATURA;

G) ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ANO LETIVO 2015/2016;

H) CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE ASCENSOR COM EMA;

I) AQUISIÇÃO DE SEGUROS;

J) FORNECIMENTO DE GÁS A GRANEL / PARQUE DE CAMPISMO;

K) BIBLIOTECA MUNICIPAL “JOSÉ SARAMAGO” / PROPOSTA DE REGULAMENTO;

L) FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI (ARTIGO 112.º DO CIMI);

M) DERRAMA (ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO);

N) PERCENTAGEM VARIÁVEL DE IRS A RECEBER PELO MUNICÍPIO DE AVIS (ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO).

3 – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

PRESENCAS

MEMBROS EFETIVOS:

Manuel Maria Libério Coelho, Sílvia Susana Lopes Pereira Feliz, José Manuel Ferreira Correia, Joaquim Roberto Pereira Grilo, Pedro Miguel Bartolomeu Canhoto, Luís Filipe Rosinha Garcia, Maria Leonor Maia Xavier, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes, João Miguel Brazão Martins, Sérgio Manuel Carmelo de Brito, Maria Vitória Casqueiro Ramos, António José Lopes Carreiras, Anabela Calhau Pires, Joaquim João Piçarra Lageira, Jorge Martins Cortes Borlinhas e Rui Pedro de Sousa Camilo.

SUBSTITUIÇÕES:

Nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua atual redação: João Manuel Alcario Rato em substituição da membro Maria Gabriela Silveira Ferreira Canavilhas, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão em substituição do membro Tiago José Damião Antunes, e António Joaquim Proença Mota Primo em substituição da membro Elvira de Jesus Beira Traquinas da Costa.

FALTAS

Faltou a esta sessão o membro, Joaquim António Rebelo Nunes.

REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA

Em representação da Câmara Municipal de Avis estiveram presentes os Senhores, Presidente, Nuno Paulo Augusto da Silva, e Vereadores, Rui Manuel Varela Barrento Henriques, Manuel João Casaca Ribeiro, António Luís Marques e José Ramiro da Silva Caldeira.

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A) ATA DA SESSÃO ANTERIOR

Foi posta à aprovação a ata da sessão ordinária realizada no dia dez de setembro de dois mil e quinze, a qual foi previamente distribuída a todos os membros.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de dezassete votos a favor e três abstenções dos membros eleitos pela CDU, António Joaquim Proença Mota Primo, pelo PS, João Manuel Alcario Rato e pelo PPD/PSD, Joaquim Roberto Pereira Grilo, aprovar a referida ata.

As abstenções acima referidas foram fundamentadas no facto destes membros não terem estado presentes na sessão a que a ata se reporta.

B) ALTERAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

O membro Luís Garcia referiu que, apesar das alterações políticas registadas no panorama nacional, os membros do PS vão continuar com a mesma postura. Acrescentou que, a sua postura nunca foi pessoal, até porque nutre simpatia por alguns membros das outras forças políticas, o que existe são divergências. Referiu ainda, que a oposição dos membros do PS é direcionada ao tipo de gestão praticada pelo Município de Avis.

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

De acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento da atividade municipal, no período de tempo que decorreu entre a última e a presente sessão ordinária da Assembleia, através de informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia tomou conhecimento.

B) DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Pela Câmara Municipal foram presentes os Documentos Previsionais para o ano de 2016 (incluindo o Mapa de Pessoal do Município), importando o Orçamento, quer na receita quer na despesa, no montante de 8.750.717,00€ (oito milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e dezassete euros).

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Orçamento é um instrumento previsional de gestão do Município e que, para o ano de 2016, foi tido em conta o contexto macro-económico e as linhas de orientação definidas pelo Executivo. Referiu também, que há um decréscimo de cerca de meio milhão de euros no Orçamento relativamente ao ano transato. Informou ainda, que a gestão financeira rigorosa se mantém mesmo com quebra de receita. Além disso, o Município fez um esforço enorme para pagar atempadamente a fornecedores e Freguesias. Seguidamente, apresentou as linhas de ação.

- O Executivo Municipal tem-se reunido com investidores, sendo que um deles pode vir a criar entre 25 a 30 postos de trabalho, no Município de Avis;

- Ao nível do turismo, surgiram duas novas entidades na área do Agro-turismo: a “Herdade Fonte Ferreira” e a “Herdade do Marimbo”; ainda no setor do turismo e também da cultura, manter-se-ão os investimentos. Tencionam-se manter os grandes eventos, fatores-chave da dinamização da economia local e do associativismo;

- No que respeita à educação, o Município manterá a sua ação em articulação com estabelecimentos de ensino do concelho. As refeições escolares, os transportes escolares, o apoio a visitas de estudo, as bolsas de estudo, o fornecimento de material pedagógico e de desgaste por sala de aula, a oferta de manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo, bem como, continuação do apoio a nível psicopedagógico continuarão a ser uma realidade para os alunos e famílias do nosso concelho.

- A Escola de Música irá continuar a realizar o notável trabalho verificado até à data;

- Na área do desporto, os campos de jogos serão melhorados, os pavilhões continuarão a ser utilizados com regularidade e o ginásio de manutenção será reinstalado no Colégio Velho;

- O apoio ao associativismo irá manter-se, bem como, o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Avisenses;

- Ao nível da intervenção e coesão social, o objetivo prende-se com a consolidação da vertente social. O contexto de crise económica e social vem colocar enormes desafios. A estratégia passa por políticas de intervenção social próximas dos territórios, articuladas e integradas e que assentem no reforço do diálogo e das parcerias locais. Continuar-se-á a privilegiar o estabelecimento de Protocolos de Parceria.

- Destacou-se a inauguração da Biblioteca Municipal “José Saramago”, um novo espaço cultural de grande dignidade e que passa a estar ao dispor do público;

- O parque automóvel do Município apresenta algumas carências, por isso, irá ser reforçado;

- Em 2016, serão lançados concursos para obras. As necessidades, nesta área, resultam de levantamento efetuado, conjuntamente, com as Freguesias;

- A conservação de edifícios municipais prosseguirá para que o Centro Histórico de Avis esteja preparado para receber com dignidade quem visita Avis;

- Foi dirigida uma palavra aos trabalhadores do Município que, com os constrangimentos existentes, agem ao serviço da comunidade, sendo excelente e meritório o trabalho que desenvolvem, sublinhando que o Executivo Municipal continuará sempre a trabalhar em prol da população.

O Consultor do Município, Jorge Pinto, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, esclareceu as questões colocadas pelos membros Luís Garcia e Joaquim Roberto Grilo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia, após análise e discussão dos Documentos, deliberou, por maioria de doze votos a favor, cinco votos contra dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes, João

Manuel Alcario Rato e Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, três abstenções dos membros eleitos pelo PS, Rui Pedro de Sousa Camilo e pelo PPD/PSD, Joaquim Roberto Pereira Grilo e Sérgio Manuel Carmelo de Brito, aprovar os Documentos Previsionais e o Mapa de Pessoal para o ano de 2016, bem como, autorizar todos os encargos plurianuais resultantes dos projetos constantes dos mesmos Documentos, nos termos em que se encontram previstos.

O membro Luís Filipe Rosinha Garcia apresentou a seguinte declaração de voto:

“Orçamento para 2016

1) Ponto prévio: Resulta difícil pronúncia sobre documentos que ninguém leva a sério.

a) Se a sua elaboração fosse, ainda que remotamente, ponderada, não se verificaria, ano após ano, a necessidade de efectuar dezenas de modificações ao orçamento inicial. Ou a alteração, em poucas horas, da versão remetida para aprovação na reunião da Câmara, sem qualquer explicação, ou seja, os números iniciais não serviam: rapidamente se construíram outros.

b) Também não comportam utilidade como instrumento de análise, dado que as omissões deliberadas de registo de compromissos assumidos, invalidam qualquer esboço de comparabilidade. Não poderemos se algum limite quantitativo foi ultrapassado, dado que, perante esse facto, recorre à omissão e conseqüente adulteração das contas.

Alguns exemplos (análise conjugada dos orçamentos apresentados com os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa, referentes a Outubro de 2015):

Despesa Corrente: Água – valor previsto 550.000; valor real, 665.000 (120.000, transitados de 2015 + 185.000, pagamento da dívida + 360.000 gasto corrente = 12x30.000). Em 2015, também ocorreu suborçamentação, solucionada com, a inexorável, omissão de registo dos compromissos “em excesso”;

Iluminação pública – Omissão do registo do compromisso referente ao 4.º trimestre de 2015;

Transportes escolares, refeições, etc. – Omissão de registo de compromissos.

2) Análise estrutural da situação do Município:

Os custos de estrutura, de dimensão incomum, asfixiam o desenvolvimento do Município e colocam em causa a solvência futura do mesmo. Actualmente, o Município actua, essencialmente, para si próprio. As receitas são em grande medida para financiar o seu próprio funcionamento, não tendo folgo financeiro para qualquer intervenção determinante para o futuro, impossibilitando a reversão, ou mesmo o estancamento, da trajectória de declínio lento e constante que vem padecendo. Aliás, este objectivo é, em si mesmo, bastante complexo. Com uma estrutura financeira deste tipo – em alguns aspectos concretos, única no País – resulta em desespero - por impotência - qualquer ideia nesse sentido.

Uma herança, sucessivamente, pesada.

E com toda a sinceridade, não sabemos se irreversível.”

C) ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Pela Câmara Municipal foi presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal com a criação dos seguintes postos de trabalho:

- 3 – Condução de máquinas e viaturas municipais;
- 1 – Condução de máquinas pesadas e veículos especiais;
- 12 – Manutenção de espaços verdes, varredura, limpeza urbana e de edifícios municipais;
- 1 – Carpintaria e pintura.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de catorze votos a favor e seis abstenções dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes, João Manuel Alcario Rato, Maria de Jesus Anania

Paulo Mirão e Rui Pedro de Sousa Camilo, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

D) AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a abertura de procedimento concursal para os seguintes lugares constantes do Mapa de Pessoal para 2015:

- Assistentes Operacionais – contrato de trabalho em funções públicas no regime de contrato por tempo indeterminado, nas seguintes atividades:

- . Condução de máquinas e viaturas municipais – 3;
- . Condução de máquinas pesadas e veículos especiais – 1;
- . Manutenção de espaços verdes, varredura, limpeza urbana e de edifícios municipais – 12;
- . Carpintaria e pintura – 1.

Quanto a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou:

a) Que estão reunidas as condições previstas no artigo 64.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (OE para 2015) quanto à imprescindibilidade do recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas;

b) Que, de acordo com o previsto no artigo 64.º, n.º 2, alínea b), da citada Lei, os encargos com os postos de trabalho em causa estão previstos nos Documentos Previsionais para 2015.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de catorze votos a favor e seis abstenções dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes, João Manuel Alcario Rato, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão e Rui Pedro de Sousa Camilo, conceder a autorização solicitada pela Câmara Municipal, tendo em atenção a fundamentação apresentada.

E) CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO / CANDIDATURAS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente a candidaturas para Contrato Emprego-Inserção, através do IEFP, incluindo as inerentes ao seguro:

- Pessoas com deficiência e incapacidades (duas pessoas);
- Subsidiados (duas pessoas).

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas pela Câmara Municipal.

F) CONTRATO EMPREGO JOVEM ATIVO / CANDIDATURA

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente a candidatura para Emprego Jovem Ativo, para jovens dos 18 aos 29 anos, através do IEFP, incluindo as inerentes ao seguro.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

G) ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ANO LETIVO 2015/2016

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente à atribuição de bolsas de estudo para o ensino secundário e para o ensino superior, no ano letivo 2015/2016.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

H) CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE ASCENSOR COM EMA

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais tendo em vista a manutenção do ascensor do edifício da Biblioteca Municipal “José Saramago” com EMA.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

I) AQUISIÇÃO DE SEGUROS

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente à aquisição de seguros para o Município.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

J) FORNECIMENTO DE GÁS A GRANEL / PARQUE DE CAMPISMO

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente à aquisição de gás a granel, pelo prazo de três anos, destinado ao Parque de Campismo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

K) BIBLIOTECA MUNICIPAL “JOSÉ SARAMAGO” / PROPOSTA DE REGULAMENTO

Pela Câmara Municipal foi presente proposta de Regulamento que estabelece as normas de utilização e funcionamento da Biblioteca Municipal “José Saramago”.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento da Biblioteca Municipal “José Saramago”.

L) FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI (ARTIGO 112.º DO CIMI)

Pela Câmara Municipal foram presentes as seguintes propostas:

- Fixação da taxa relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis, mantendo-se o valor fixado no ano anterior (prédios urbanos) - alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º - 0,3%;

- Fixação de uma redução da taxa, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º, de acordo com o a seguir discriminado:

. Agregados familiares com 1 dependente – 10%;

. Agregados familiares com 2 dependentes – 15%;

. Agregados familiares com 3 ou mais dependentes – 20%.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas pela Câmara Municipal.

M) DERRAMA (ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para manter os valores da derrama fixados no ano anterior, que são os seguintes:

- a) Empresas com volume de negócios acima dos € 150.000,00 - taxa de 1%;
- b) Empresas com volume de negócios não superior a € 150.000,00 - isenção.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de dezasseis votos a favor e quatro abstenções dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes e Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

N) PERCENTAGEM VARIÁVEL DE IRS A RECEBER PELO MUNICÍPIO DE AVIS (ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para manter em 5% a participação variável de IRS, a receber pelo Município de Avis, nos termos do n.º 1 e seguintes do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de doze votos a favor, três votos contra dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela e Rui Miguel Delicado Nunes e cinco abstenções dos membros eleitos pelo PS, João Manuel Alcario Rato, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão e Rui Pedro de Sousa Camilo e pelo PPD/PSD, Joaquim Roberto Pereira Grilo e Sérgio Manuel Carmelo de Brito, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

O) OUTROS ASSUNTOS

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que, ao abrigo do n.º 2, do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, fossem discutidos os assuntos a seguir indicados, na sequência de solicitação da Câmara Municipal:

a) EMPREITADA DA “CASA DO PRIOR MOR/HOSPEDARIAS - INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Relativamente à inclusão deste ponto na ordem do dia, foi deliberado, por maioria de dezasseis votos a favor, quatro votos contra dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes e João Manuel Alcario Rato e duas abstenções dos membros eleitos pelo PS, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão e Rui Pedro de Sousa Camilo, tratar o assunto.

Pela Câmara Municipal foi presente proposta a solicitar autorização para a assunção dos encargos plurianuais relativamente à empreitada em título.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de catorze votos a favor, três votos contra dos membros eleitos pelo PS, Ana Luísa de Almeida Martins Varela, Rui Miguel Delicado Nunes e João Manuel Alcario Rato, e três abstenções dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Maria de Jesus Anania Paulo Mirão e Rui Pedro de Sousa Camilo, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

b) CONTRATOS INTER-ADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS

Quanto à inclusão deste ponto na ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade, tratar o assunto.

Pela Câmara Municipal foi presente proposta para prorrogar, por mais um ano económico, os Contratos Inter-Administrativos que têm por objeto a delegação de competências nas Freguesias.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por maioria de dezassete votos a favor, e três abstenções dos membros eleitos pelo PS, Luís Filipe Rosinha Garcia, Ana Luísa de Almeida Martins Varela e Maria de Jesus Anania Paulo Mirão, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

3 – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Esteve presente o munícipe João Ruivo que solicitou esclarecimentos sobre o seguinte:

a) Há alguns anos, o Município de Avis decidiu aderir ao Orçamento Participativo. Foi dos primeiros Municípios a fazê-lo. Depois de ganhar muitos “adeptos” abandonou essa prática. Porquê o abandono dessa estratégia?

b) Em abril de 2014, o Município de Avis aderiu ao Torneio de Ténis Master 250 e, desde essa altura, que faltam tábuas nos bancos do Campo de Ténis. O equipamento encontra-se nas oficinas do Parque de Máquinas. Esta situação deveria ser resolvida.

c) Não é muito dispendioso o aluguer de fitas para a projeção de cinema em Avis. Em Ponte de Sor, no próximo mês, vão passar vários filmes, sendo que só um deles é em 3D. Por isso, não parece ser complicado alterar a situação.

d) Que balanço faz do entendimento com a Associação Naval de Lisboa relativamente ao projeto do Centro Desportivo de Remo?

e) Coloca um + e um – na Biblioteca Municipal “José Saramago”. Aspectos negativos: é uma pena terem passado dois anos sobre a conclusão do equipamento físico e só agora ser feita a inauguração; não lhe agrada, enquanto utilizador, o horário estabelecido (não é funcional e não é o mais adequado); a dimensão e opção em matéria de acervo. Aspectos positivos: o espaço é muito agradável e gostou da arquitetura. Que política cultural/estratégia está prevista para este espaço?

O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos:

a) O processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão tem sido uma preocupação do Município ao longo dos anos, assim como das associações e Freguesia sobre os investimentos públicos municipais.

b) Vai verificar a situação dos bancos do Campo de Ténis.

c) A não reposição do cinema, em Avis, tem a ver com a substituição do uso da película na projeção cinematográfica por equipamentos digitais, os quais o Município tem tido dificuldades na obtenção de recursos para o financiamento da mudança tecnológica.

d) O Centro de Formação Desportivo de Remo é promovido pelo Agrupamento de Escolas Mestre de Avis, sendo o Município parceiro. Neste contexto, a Associação Naval de Lisboa tendo em conta o Protocolo de Colaboração com o Município, disponibiliza embarcações e demais material necessário para dar apoio ao desenvolvimento do remo em Avis.

e) Para além da obra, foi necessário equipar a biblioteca com a função para a qual foi criada. A função educativa da biblioteca pública é promover junto à comunidade usuária, aspetos, meios, materiais e condições que facilitem a autoeducação e possibilidades de apropriação de conhecimentos. Gostaríamos que a Biblioteca Municipal possuísse o maior número possível de obras. A decisão foi no sentido de dar prioridade à aquisição dos livros que melhor correspondam às expectativas dos leitores. O horário de funcionamento, passível de alterações no futuro, foi decidido entre os eleitos e os técnicos, tendo como referência os horários praticados nas bibliotecas do Distrito. Há reuniões marcadas com editoras para lançamento de

livros. Além disso, as atividades anteriormente realizadas, vão continuar a sê-lo, agora, com mais e melhores recursos e equipamentos.

O membro Joaquim Roberto Grilo, enquanto munícipe, apelou para que o Executivo não descure o problema da segurança com as famílias de etnia cigana.

O Senhor Presidente informou que esse é um assunto que tem estado sempre em cima da mesa e para qual se tem feito, com regularidade, pressão junto das entidades competentes, Segurança Social, Ministério da Administração Interna - GNR e Ministério da Justiça para que se encontre uma solução para esse problema.

4 – APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta, os seguintes pontos desta ata: 2, alíneas D) a H).

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, eram vinte e três horas e quinze minutos, de tudo para constar se lavrou a presente ata.